

Revista do Instituto dos Advogados Brasileiros



Discurso de posse e transmissão da Presidência do IAB

Entrega da Medalha Teixeira de Freitas: saudação de Marcelo Lavenère e agradecimento de Barbosa Lima

Saudação de Alberto Venâncio Filho na entrega da Medalha Teixeira de Freitas a Fábio Komparato e discurso do agraciado

Plano Nacional de Defesa Social e Segurança Pública: Virgílio Donnici e José Julio Cavalcanti de Carvalho

Dispensa arbitrária e o abuso de direito — Eugênio Haddock Lobo

Conselho Nacional de Justiça: Hermann Baeta

Embargo Econômico a Cuba: Adolfo Lerner



ANO XXVII — Nº 81 — 1º e 2º semestres de 1994

NOTÍCIAS

Prêmio Medalha Teixeira de Freitas para o Dr. Barbosa Lima Sobrinho

*Discurso do Homenageado**

Sr. Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros, Ricardo Pereira Lira, meu caro amigo e mestre Evandro Lins e Silva; meu companheiro da Procuradoria do Estado, José Júlio Cavalcante de Carvalho; meu caro Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcelo Lavenère Machado;

Minhas Senhoras;

Meus Senhores;

Faço questão de cumprir o ritual desta Casa, prestando minha homenagem ao grande jurista brasileiro, Teixeira de Freitas, titular da medalha, com que este Instituto procura distinguir os que prestaram serviços à ordem social, no campo do Direito. Confesso, aqui, que a *Consolidação das Leis Civis*, obra clássica de Teixeira de Freitas, esteve sempre ao alcance de minhas mãos, para iluminar o meu roteiro, e nunca sai delas de mãos vazias. Lamento o tempo que se perdeu, na promulgação do Código Civil, a que ele dedicara tantos anos de sua vida e de sua cultura jurídica, não obstante a projeto que ele não chegara a concluir. Por isso, se me houvesse anunciado que me caberia a honra de receber do Instituto dos Advogados Brasileiros, por intermédio de meu grande amigo Ricardo Pereira Lira, esta Medalha Teixeira de Freitas, confesso que não acreditaria nem nunca levaria tão longe minhas ambições de cultor das letras jurídicas. E se ela me chega, veio a caber, estou certo de que a devo menos ao meu merecimento pessoal, do que à extrema generosidade dos que a concederam. Uma generosidade que o vosso intérprete, Marcelo Lavenère Machado, culminou com as suas palavras, realmente amigas e comovedoras, a que não sei nem mesmo como agradecer, tão acima de meus méritos me pareceram. E se peço desculpas de me valer do improvisado, cujas omissões me perseguem a vida inteira, é que estou sendo

vítima de problemas oculares, que não tenho o direito de estranhar, na minha idade provecta, já acima dos noventa anos.

Creio, todavia, que ainda seria indesculpável o não agradecer tantas demonstrações de generosidade. Peço que me relevem as falhas e só posso dizer, a Marcelo Lavenère, que suas palavras, tão amigas, ficarão para sempre guardadas na minha memória. Quanto ao Instituto dos Advogados, como prova de minha antiga reverência, recordarei apenas a biografia que me coube levantar, de um de seus antigos Presidentes, Urbano Sabino Pessoa de Melo, um liberal que prestou grandes serviços ao Brasil na sua luta pela abolição da escravidão, num momento em que a valorosa instituição, sob a direção de Perdigão Malheiros, exercia uma liderança que, pouco depois, caberia a Joaquim Nabuco, filho de um dos maiores Presidentes desta Casa.

Creio que a página mais gloriosa da vida desta Instituição é a sua presença constante na luta contra a escravidão, como seria, mais tarde, na defesa de todas as liberdades, como sentinela indormida em todos os momentos em que estivessem as liberdades públicas em perigo.

Como não posso esquecer que, na minha atividade jornalística, não foram poucos os momentos em que estivemos juntos, lado a lado, em defesa das mesmas causas, em que se empenhava o Instituto dos Advogados, com a sua liderança e a sua presença, que empolgavam o povo brasileiro. Seria, também, o caso de recordar minha presença e minha colaboração, no projeto de criação do Instituto de Resseguros, em que fui relator, na Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados e, mais tarde, valendo-me de assessores de alta competência, como Chermont de Miranda e Motta Maia, na elaboração do *Estatuto da Lavoura Canavieira*, disciplinando e regulando as relações entre usineiros, fornecedores de cana e trabalhadores do campo. O que nos deu ensejo para a criação de uma verdadeira justiça agrária, que vem prestando serviços de alta monta, nas relações do campo. Faço questão de render, de público, minhas homenagens a esses dois eminentes advogados, que honram vossos quadros, com a sua presença e a sua permanente vigilância.

Não deveria esquecer minha presença, ao lado de Nicolau Tuma e de Fernando Santana, nos trabalhos para a conclusão do Código Brasileiro de Telecomunicações, de que fomos relatores, e que teve a aprovação unânime do Congresso Nacional.

Creio que a eles se estende, também, a concessão da *Medalha Teixeira de Freitas*, que acabo de receber, das mãos do ilustre 1º Secretário, Dr. José

* Sessão solene do I.A.B., de 10.12.1993.

Júlio Cavalcante de Carvalho, por honrosa designação do eminente Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros, Dr. Ricardo Pereira Lira.

Não é demais confessar que uma das alegrias de minha vida foi participar, com Marcelo Lavenère, do processo de *impeachment* do Presidente da República. Quando fomos entregar o documento ao Presidente da Câmara dos Deputados, encontramos, em Brasília, uma verdadeira multidão, que nos acompanhou e aplaudiu. Ao entregar o requerimento, tanta era a confusão, entremeada de aplausos, que não pude dizer senão algumas palavras, como portador do requerimento. Meu companheiro, Marcelo Lavenère, ainda pronunciou o começo de belo discurso, que havia preparado. A vibração, em Brasília, era imensa. Tive oportunidade de dizer que, depois de viver confundida com a Nova-cap, um órgão meramente administrativo, pela primeira vez Brasília assumia a sua função de capital do Brasil. E estávamos realmente desempenhando uma função pública, que a Câmara dos Deputados confirmou com os seus 441 votos, que remeteram o processo de *impeachment* ao julgamento do Senado Federal.

Na verdade, nesse problema, como em todos os outros, em que temos tomado parte, na nacionalidade brasileira, existem, no Brasil, dois partidos. O Partido de Tiradentes, com a oposição do Partido de Joaquim Silvério dos Reis, o delator de Tiradentes. Como eu dizia no último capítulo do livro *A Presença de Alberto Torres* e representa a síntese de toda a minha vida pública.

Vale a pena observar que o Brasil convivera longamente com a lavoura de cana-de-açúcar. Por um momento, os estrangeiros vieram a disputar os lucros com que se formaram grandes cidades. Usinas de açúcar em Minas Gerais. Usinas de açúcar no Estado do Rio de Janeiro. Usinas de açúcar de Pernambuco. E todas haviam sido varidas do solo brasileiro. Como o Brasil firmara sua independência com a lavoura do café. E pouco adiante com a lavoura da soja, depois com as indústrias de tecidos. Animadas, todas elas, por um espírito de profunda brasilidade. Quando os alicerces de uma grande pátria.

Embora houvesse obstáculos para evitar que chegássemos ao Primeiro Mundo. Continuamos prisioneiros do Terceiro Mundo, em companhia da Argentina e do México, como nações que não atingiram a plenitude do desenvolvimento econômico.

Qual a razão dessa odiosa discriminação, que nos afastava do Primeiro Mundo? De todas as nações do mundo, só uma conseguiu alcançar o Primeiro Mundo. Era o Japão, que estava longe dos grandes recursos presentes

no Brasil, na Argentina, no México. Não era caso para estudar o fenômeno japonês? Daí o meu livro, publicado em 1984, e, recentemente, em segunda edição: *Japão - o Capital se faz em casa*. Um país que abria mão do dinheiro estrangeiro para formar, em casa, os capitais de que necessitava. E que aí está, senhor de numerosas indústrias, até mesmo nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França, até na poderosa Alemanha.

Não seria oportuno estudar a economia japonesa, para lhe seguir o exemplo, consagrado pela sua situação atual, como centro do capitalismo universal? Usufruindo o desleixo dos devedores. Com os empréstimos externos, prosperam os intermediários, não os devedores. Era a função dos seus promotores. Sobretudo quando se chega à situação de tomar empréstimos novos, para resgatar empréstimos antigos, como foi a praxe do Império brasileiro e, mais tarde, da nossa República.

Como o Brasil chegou à instalação da grande siderurgia, senão com o apoio do Estado, para a criação de Volta Redonda? A Petrobras trouxe, e obteve, a produção do petróleo, quando todos os técnicos estrangeiros negavam a existência do petróleo no solo brasileiro. No domínio da eletricidade, fundamental para o desenvolvimento econômico de qualquer país. Na metade do tempo das companhias estrangeiras, que aqui funcionavam e que não alcançaram senão de seis a sete mil megawatts, enquanto a estatal Eletrobras, na metade do tempo, nos trouxe 43 mil megawatts. Com a Companhia estrangeira mal falávamos com São Paulo, enquanto com a Telebras nos comunicamos com todas as cidades brasileiras, e até mesmo com todo o mundo. A Empresa Vale de Rio Doce é um exemplo ou um modelo de eficiência, na exploração das riquezas brasileiras. A Embratel, criada pelo Código de Telecomunicação, elaborado pelo Poder Legislativo, nos aproxima de todo o mundo, através dos satélites a seu serviço.

Que significa tudo isso? A capacidade do próprio Brasil, na exploração de suas riquezas. Eis por que a palavra de ordem, com que podemos chegar à culminância do desenvolvimento econômico de nossas imensas riquezas, não pode ser outra do que a de confiar no Brasil e nos brasileiros.

Essa Medalha Teixeira de Freitas vem acentuar e caracterizar a função que nunca deixei de exercer - a de advogado do Brasil. E nessa qualidade que aqui estou, numa vida de rigorosa coerência, em que não tinha outro ideal senão o de nunca deixar de lutar pelo progresso e pelo futuro de nossa pátria.